

(ANC)

ANC

# Negro quer lei que

Lei Áurea caduca ano que vem e só a

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quinta-feira, 12 de março de 1987 7

# Ihe dê igualdade

ANC 88  
 Pasta 12 a 20  
 março/87  
 025

Constituinte pode eliminar o racismo.

MARCIO COTRIM  
 Especial para o CORREIO

Foi no meio do jantar, nem me lembro o pretexto. Carlos Fernando declarou que a lei Áurea foi assinada por 100 anos e que, portanto, deixa de vigorar ano que vem. Ninguém na mesa sabia disso — você sabia? Houve natural perplexidade e descrença, mas o inesperado assunto logo se apimentou e foi longe. Todos passaram a discutir apaixonadamente — alguns, com indistintável excitação — a volta da escravatura no Brasil, algo inimaginável em qualquer cabeça que regule bem.

No dia seguinte, ainda cético, pesquisei. E, para minha decepção, ouvi de Marcélia Campos Domingues, ativista do movimento negro, a confirmação da imensíssima sandice, daquilo que eu jamais poderia conceber: no dia 13 de maio de 1988, centenário da abolição da escravatura, a menos que seja prorrogada a vigência da lei Áurea, os pretos poderiam voltar a ser escravos no Brasil! Grotresco, absurdo, inaceitável? Sim, mas verdade, a mais torpe das verdades!

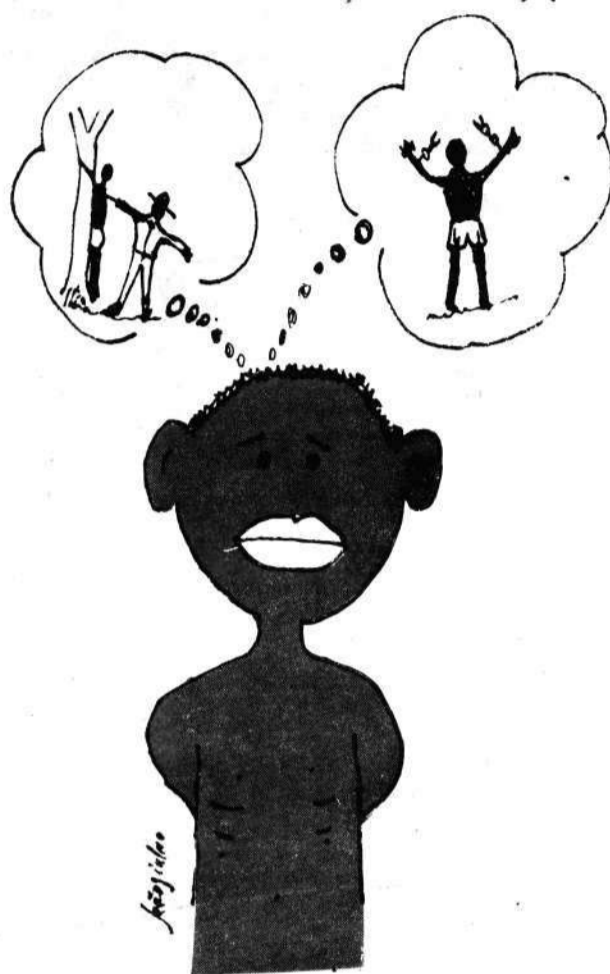
Marcélia, calejada de luta, disse mais. Por exemplo, que a festejada lei nada mais foi que um instrumento econômico inspirado por potências estrangeiras. A França e a Inglaterra, então no apogeu de sua rapina colonial, tinham o óbvio interesse em fixar no território africano a farta mão-de-obra gratuita que lhes estava a serviço; era preciso, pois, evitar a grande evasão de negros que havia para o Brasil. Que fizeram? Simplesmente pressionaram o frágil governo brasileiro a impedir a imigração de escravos, o que foi feito através da lei Áurea.

Depois, ela falou da lei dos sexagenários. O escravo, ao completar 60 anos, era declarado livre. Livre, sim, mas para quê? Família ele não tinha, já que uma das mais cruéis medidas da política escravajista brasileira afastava os filhos pequenos de seus pais tão logo nasciam e os mandava para bem longe, rompendo desde cedo todo vínculo familiar. (Essa, uma das razões por que, aliás, é difícil levantar os antepassados dos negros brasileiros). Também não tinha para onde ir, nem patrimônio de qualquer espécie, nem força para iniciar vida nova, nem saúde, nem ânimo, nem coisa alguma. Resultado: o sujeito acabava ficando mesmo com o seu dono e seus últimos anos se esvaíam, sem o gosto da liberdade.

A lei do Ventre Livre, que tornava livres as crianças negras nascidas a partir de sua promulgação, era outro engodo, pois a estrutura social vigente não as observava, tal a crosta de preconceitos que existia. Assim, embora não mais fossem separadas dos pais — como sucedia anteriormente —, essas crianças cresciam na senzala, impregnadas da mesma dependência escrava.

A carta de alforria também não adiantava muito, pois só era reconhecida nas imediações da casa do senhor. O escravo, de posse da carta, apresentava-a em outra cidade; aí ela não valia e ele era preso pelo temível capitão do mató e todo o sofrimento se reiniciava, agora sob o tacão de novo dono.

Marcélia ainda aludiu à tão proclamada sujeira do negro, ideia consolidada ao longo de décadas pela sociedade brasileira, só que as pessoas se esquecem de que o escravo passava o dia no eito, sob sol escaldante, e a noite num cômodo infecto e quentíssimo, sem uma muda de roupa para trocar. Nessas brutais condições, como pode o ser humano ficar perfumado ou, pelo menos, não exalar odores ruins?



Depois da conversa com Marcélia, andei comentando o assunto com amigos e conhecidos. Foi aí que descobri racistas enrustidos, espiritos mesquinhos, gente desprezível, a verdadeira escória da humanidade. A mais brilhante manifestação de humor desses seres asquerosos foi exultar, num riso boçal, com a perspectiva de praticar o esporte que eles batizaram de "caça ao preto".

Disseram que sairão por aí caçando tudo quanto é preto. Reviraram os olhos com um prazer comparável ao de um oficial da SS diante de um forno crematório em Auschwitz. Anunciaram que vão instalar troncos de suplício no quintal, que vão propor a imediata construção de pelourinhos e a criação de bolsas de escravos em cujo pregão corretores e negociantes ávidos de boa mercadoria observarão bem as ancas daquela crioulinha e os braços fortes e úteis daquele mulatão.

Essas cínicas demonstrações bem refletem a realidade brasileira. Na verdade, no Brasil só 44% da população são brancos. O País não é branco e há racismo. Embora socialmente exista convívio relativamente ameno, são sérias as barreiras para os negros ascenderem na escala sócio-econômica. A lei Afonso Arinos, único vestígio de oposição ao racismo, é inócua. Basta dizer que pune o infrator com pena de 3 meses a um ano (que nenhum réu primário cumprirá) ou com multas que variam de 5 a 20 mil cruzeiros — ou seja, Cz\$ 5,00 a Cz\$ 20,00.

Nesse contexto, mantém-se nitida a separação entre uma classe dominante minoritária, branca, que tolera a presença do negro em circunstâncias adjetivas mas o isola, como a própria patuleia, quando ele dá mostras de querer progredir. Quantos embaixadores pretos teve ou tem o Brasil? Quantos cardeais, ministros e almirantes? Houve algum presidente do Banco do Brasil preto até hoje? Presidente da República, nem pensar. E engenheiros, médicos, advogados, cientistas? Contam-se nos dedos e a evolução é lentíssima para toda a gente de cor, uma tristeza sem fim.

Mais ainda: o preto é tratado com desprezo. "O rapazinho é preto mas tem bom caráter", "Ah, é um preto de alma branca",

"Ele é preto mas é honesto". "A menina é preta mas é tão boazinha, você nem imagina", são frases que se ouve todo dia. Têm muito a ver com o uso do verbo judiar como sinônimo de tratar mal — manifestação profundamente racista contra todos os judeus.

E mesmo difícil erradicar o racismo, e não só no Brasil. O mesmo ocorre em outros países civilizados, haja vista a estupidez de coisas como a "Ku Klux Klan" nos Estados Unidos e a atitude bárbara e colérica do governo sul-africano. O mais grave é que, filosoficamente, nada, nenhum argumento, tese alguma tem a mínima densidade para defender o racismo. Trata-se de uma ignominia indefensável sob qualquer ponto de vista, seja ele religioso ou agnóstico. Por que o racismo? Que culpa tem o indivíduo de vir ao mundo com a pele negra. Deus meu? Por que tratá-lo como coisa, negociá-lo, pesá-lo e olhá-lo os dentes como se faz com os equínos? O racismo, sob qualquer de suas formas é a maior das infâmias.

Claro que numa cabeça racista estão embutidas ideias fascistas e reacionárias. Basta ver quem era racista na época da Abolição — gente que ia para os jornais declarar que o fim da escravatura no Brasil significaria a ruína agrária do País. São os mesmos que hoje defendem as piores causas e que, no íntimo, preconizam a mudança de tudo para ficar tudo exatamente como está.

Essa gente que procura retardar o progresso tem obtido algum êxito ao longo de nossa história. Lembremo-nos que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravatura; e como tem sido difícil romper as barreiras do subdesenvolvimento, enfrentando a oposição ativa ou passiva de uma classe que segura com unhas e dentes seus privilégios!

Tomara que os constituintes se lembrem do dia 13 de maio de 1988, data em que se comemora o centenário da lei Áurea e sua automática revogação! Que eles aproveitem essa preciosa ocasião para, no curso de seu trabalho, elaborarem uma legislação definitiva que acabe para sempre o racismo em nosso País. Será uma grande conquista da Constituinte.